

QUANDO O PROFESSOR SE TORNA INIMIGO: A CRISE DA EDUCAÇÃO BÁSICA

WHEN THE TEACHER BECOMES THE ENEMY: THE CRISIS OF BASIC EDUCATION

CUANDO EL PROFESOR SE CONVIERTE EN ENEMIGO: LA CRISIS DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

Tiara Cristiana Pimentel dos Santos

Mestra e Doutora em História pela Universidade de Passo Fundo (UPF). Docente da rede municipal de ensino de Crissiumal, Rio Grande do Sul. E-mail: tiaracpds@gmail.com

Resumo

O artigo discute a crise estrutural da educação básica brasileira, com ênfase no processo histórico e político de desvalorização do magistério. Defende-se a tese de que o professor tem sido socialmente transformado em inimigo e bode expiatório de problemas educacionais que são, na realidade, produzidos por desigualdades estruturais e por um projeto político de precarização da escola pública. A partir de uma reflexão crítica ancorada em autores como Maria Helena Souza Patto, Darcy Ribeiro e Émile Durkheim, o texto problematiza a culpabilização docente, a confusão entre ensinar e educar e a desresponsabilização de outras instâncias sociais, como o Estado e a família. Contribui para o debate ao reafirmar a centralidade do trabalho docente, denunciar a naturalização das violências contra professores e defender a valorização do magistério como condição indispensável para a reconstrução de uma educação democrática e socialmente comprometida.

Palavras-chave

Educação Básica; Trabalho Docente; Crise Educacional; Desvalorização do Magistério; Políticas Educacionais.

Abstract

This opinion article examines the structural crisis of Brazilian basic education, focusing on the historical and political process of devaluing the teaching profession. It argues that teachers have been socially constructed as enemies and scapegoats for educational failures that are, in fact, produced by structural inequalities and by a political project aimed at weakening public education. Drawing on critical reflections inspired by authors such as Maria Helena Souza Patto, Darcy Ribeiro, and Émile Durkheim, the text problematizes the blaming of teachers, the confusion between teaching and educating, and the withdrawal of responsibility from other social institutions, particularly the State and families. The article contributes to the debate by reaffirming the central role of teachers, denouncing the normalization of violence against educators, and advocating for the valorization of teaching as an essential condition for rebuilding a democratic and socially engaged educational system.

Keywords

Basic Education; Teaching Work; Educational Crisis; Devaluation of the Teaching Profession; Educational Policies.

Resumen

Este artículo de opinión analiza la crisis estructural de la educación básica brasileña, con énfasis en el proceso histórico y político de desvalorización del magisterio. Se sostiene que el profesorado ha sido socialmente convertido en enemigo y chivo expiatorio de los problemas educativos, los cuales son producidos por desigualdades estructurales y por un proyecto político de precarización de la escuela pública. A partir de una reflexión crítica basada en autoras y autores como Maria Helena Souza Patto, Darcy Ribeiro y Émile Durkheim, el texto problematiza la culpabilización docente, la confusión entre enseñar y educar y la desresponsabilización de otras instancias sociales, como el Estado y la familia. El artículo contribuye al debate al reafirmar la centralidad del trabajo docente, denunciar la naturalización de las violencias contra los profesores y defender la valorización del magisterio como condición fundamental para reconstruir una educación democrática y socialmente comprometida.

Palabras Clave

Educación Básica; Trabajo Docente; Crisis Educativa; Desvalorización del Magisterio; Políticas Educativas.

ALGUMAS INQUIETAÇÕES

A educação básica brasileira atravessa, há décadas, um processo contínuo de crise e desvalorização que se intensifica a cada novo ciclo político e social. Trata-se de uma crise estrutural, histórica e profundamente desigual, que não pode ser compreendida como um fenômeno pontual ou recente — tampouco como resultado exclusivo do trabalho docente. Ao contrário do que discursos simplistas insistem em propagar, a educação nunca foi um campo neutro ou estável; sempre esteve atravessada por disputas de poder, projetos societários e interesses políticos que definem quem deve aprender, o que deve ser ensinado e para que finalidade.

Ao longo da história da educação brasileira, acumulam-se episódios de negligência estatal, cortes orçamentários, precarização das condições de trabalho e ataques simbólicos ao magistério. No entanto, nos últimos anos, esse processo ganhou novos contornos, mais agressivos e explícitos. A desvalorização deixou de ser apenas material e passou a assumir um caráter moral e social: o professor, que antes ocupava o lugar de referência intelectual e ética, passou a ser tratado como inimigo público, responsabilizado individualmente por problemas que são, em essência, estruturais.

Essa inversão de sentido não ocorre por acaso. Em uma sociedade marcada por profundas desigualdades de classe, raça e gênero, a escola pública torna-se um espaço estratégico de disputa. Quando o projeto político vigente não reconhece a educação como direito social, mas como gasto ou privilégio, o docente passa a ser visto como obstáculo, e não como agente fundamental da transformação social. Assim, constrói-se uma narrativa conveniente: se a educação “não funciona”, a culpa é do professor.

Hoje, professores de diferentes níveis de ensino têm sua autoridade pedagógica constantemente questionada por sujeitos sem qualquer formação educacional. O trabalho docente passou a ser avaliado por parâmetros subjetivos, morais e ideológicos, muitas vezes baseados em valores conservadores ou em desinformação. Esse movimento tem produzido um ambiente escolar cada vez mais hostil, no qual se multiplicam episódios de violência simbólica, assédio moral e, em casos extremos, agressões físicas contra professores — situações que vêm sendo naturalizadas pela sociedade como se fossem parte inerente do cotidiano escolar.

Esse cenário, entretanto, não é novo. Maria Helena Souza Patto, ao analisar o chamado “fracasso escolar”, já denunciava que a escola opera dentro de um sistema que produz desigualdades e, posteriormente, responsabiliza alunos e professores por elas. Para a autora, o fracasso não é individual, mas socialmente produzido. Persistir na culpabilização docente é, portanto, reproduzir uma lógica perversa que desconsidera as condições objetivas de ensino, as desigualdades sociais e as limitações estruturais impostas às escolas públicas.

Diante desse contexto, impõe-se uma questão central: por que o trabalho do professor se tornou passível de julgamento público por qualquer pessoa, independentemente de formação, experiência ou conhecimento pedagógico? Parte da resposta reside em uma confusão histórica e politicamente conveniente entre os conceitos de ensinar e educar. Ao docente tem sido atribuída a responsabilidade integral pela formação moral, ética e comportamental dos estudantes, quando sua função central é a mediação do conhecimento sistematizado e a construção do saber em diálogo com o aluno.

Essa sobrecarga não é apenas injusta; ela é funcional a um projeto de desresponsabilização coletiva. Ao transferir para a escola e, especialmente, para o professor, tarefas que deveriam ser compartilhadas com a família, o Estado e a sociedade,

cria-se um cenário no qual o docente está sempre em falta. Se o estudante não aprende, a culpa é do professor. Se há conflitos, indisciplina ou violência, a escola falhou. Se valores sociais entram em crise, a educação “não deu conta”. Essa lógica esvazia o papel das demais instâncias formadoras e transforma o professor em bode expiatório de um sistema que se recusa a assumir suas próprias contradições.

Não se pode ignorar, ainda, que a precarização da educação não é fruto do acaso. Darcy Ribeiro foi incisivo ao afirmar que “a crise da educação no Brasil não é uma crise; é um projeto”. Tal afirmação denuncia que o abandono das escolas públicas, a desvalorização do magistério e o enfraquecimento das políticas educacionais atendem a interesses políticos e econômicos específicos. Uma população com acesso limitado ao conhecimento crítico é mais facilmente manipulável, menos capaz de questionar desigualdades e mais vulnerável a discursos autoritários.

Essa leitura torna-se ainda mais evidente quando observamos fenômenos contemporâneos analisados em obras como *Emburrecimento Programado*, que discutem como políticas públicas, práticas midiáticas e estratégias sociais contribuem para a formação de sujeitos menos críticos e mais suscetíveis à desinformação. O ataque à educação não se dá apenas por meio do corte de recursos, mas também pela deslegitimação do saber científico, pela criminalização do pensamento crítico e pela disseminação de narrativas que colocam professores como doutrinadores ou ameaças morais.

Nesse cenário, o professor deixa de ser visto como trabalhador intelectual e passa a ser tratado como inimigo ideológico. A escola, por sua vez, perde sua função social emancipadora e é reduzida a um espaço de controle, vigilância e reprodução acrítica de conteúdos esvaziados de sentido. Trata-se de um processo que compromete não apenas a qualidade do ensino, mas o próprio tecido social.

PARA SEGUIR PENSANDO...

Se desejamos, de fato, reconstruir a educação básica, é urgente recolocar o debate em outros termos. Valorizar o professor não significa apenas melhorar salários ou condições de trabalho, embora isso seja fundamental, mas reconhecer sua função social, intelectual e política. Significa compreender que o docente não pode, nem deve, ser responsabilizado isoladamente pelos limites de um sistema educacional desigual e precarizado.

Ao mesmo tempo, é necessário resgatar o papel formador da família e fortalecer a corresponsabilidade social na educação das novas gerações. Educar não é tarefa exclusiva da escola. Quando essa responsabilidade é transferida integralmente ao professor, cria-se um ambiente de sobrecarga, frustração e adoecimento profissional, que impacta diretamente a qualidade do ensino e as relações pedagógicas.

Como já alertava Émile Durkheim, a educação é a socialização metódica das novas gerações; quando esse processo falha, toda a sociedade adocece. O adoecimento coletivo que hoje testemunhamos, marcado pelo avanço da intolerância, da violência e da desinformação, está profundamente relacionado ao desmonte da escola pública e à desvalorização do magistério.

Continuar tratando o professor como inimigo é aprofundar a crise educacional e social. Reconhecê-lo como sujeito central na construção de uma sociedade democrática, crítica e plural é condição indispensável para qualquer projeto sério de reconstrução da educação básica no Brasil.

REFERÊNCIAS

GATTO, John Taylor. **Emburrecimento programado**: a desintegração da educação e da cultura. Tradução de Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2010.

DURKHEIM, Émile. **Educação e Sociologia**. Tradução de Lourenço Filho. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

PATTO, Maria Helena Souza. **A produção do fracasso escolar**: histórias de submissão e rebeldia. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

RIBEIRO, Darcy. **Os brasileiros**: teoria do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.